



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de junho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.ª parte

Audição do Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal, sobre o conflito laboral no porto de Lisboa, na sequência de requerimento do PCP

#### 2.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 37/XIII/1.ª, relativa à reunião de 8 de junho de 2016

2. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 115/XIII/1.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo a revogação imediata de todos os contratos para a concessão de direitos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo”, 132/XIII/1.ª (BE) – “Pela suspensão imediata dos processos de concessão, exploração e extração de petróleo e gás no Algarve” e 307/XIII/1.ª (PCP) – “Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto noutras atividades económicas resultantes da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás no Algarve e na Costa Alentejana”

3. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 388/XII/3.ª – Solicitam que, durante o inverno, seja aplicada uma redução de 30% no preço do gás e da eletricidade para os consumidores residentes no distrito da Guarda.

– Relator: Deputado Joel Sá (PSD)

4. Outros assuntos

---



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

#### 1.ª parte

#### **Audição do Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal, sobre o conflito laboral no porto de Lisboa, na sequência de requerimento do PCP**

Iniciou a reunião o Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Virgílio Macedo.

Após dar as boas vindas ao Presidente do Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal, Sr. António Mariano, e ao Dr. Rui Pereira Dias, que o acompanhava, deu a palavra ao Presidente do Sindicato, que usou da palavra para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Cristóvão Norte (PSD), Luís Moreira Testa (PS), Heitor de Sousa (BE) e Hélder Amaral (CDS-PP), tendo o Sr. António Mariano respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Cristóvão Norte (PSD), Luís Moreira Testa (PS), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pelo Presidente do Sindicato, em resposta conjunta.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

Finda a audição, assumiu a presidência o Senhor Presidente da Comissão.

#### 2.ª parte

#### **1. Apreciação e votação da ata n.º 37/XIII/1.ª, relativa à reunião de 8 de junho de 2016**

A ata n.º 37/XIII/1.ª, relativa à reunião de 8 de junho de 2016, foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com ausência do PEV e do PAN.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

**2. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 115/XIII/1.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo a revogação imediata de todos os contratos para a concessão de direitos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo”, 132/XIII/1.ª (BE) – “Pela suspensão imediata dos processos de concessão, exploração e extração de petróleo e gás no Algarve” e 307/XIII/1.ª (PCP) – “Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto noutras atividades económicas resultantes da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás no Algarve e na Costa Alentejana”**

Tendo assumido a presidência a Senhora Vice-Presidente, Deputada Hortense Martins (PS), deu de imediato a palavra ao Senhor Deputado André Silva (PAN), que apresentou o Projeto de Resolução n.º 115/XIII/1.ª nos seus termos, realçando que, apesar dos seus impactos sócio-ambientais, os portugueses nunca foram ouvidos sobre esta matéria, e que existe secretismo em torno destes contratos e do seu conteúdo. Referiu que os portugueses se têm manifestado contra a prospeção e exploração de petróleo em Portugal, tendo lembrado que uma das áreas económicas mais afetadas será o turismo, o qual, só em 2013, gerou receitas no valor de 10 000 milhões de euros, metade das quais provenientes da região do Algarve. Considerou que não se podia virar as costas a esta fonte de receita, a qual funciona como alavanca para outras fontes de receita. Realçou também o facto de não ter sido realizada qualquer avaliação de impacto ambiental, apesar de os contratos abrangerem áreas protegidas a nível nacional e europeu. Para além do mais, acrescentou, existem dúvidas quanto à conformidade dos contratos com várias diretivas europeias. Abordou também o impacto na atividade sísmica da prospeção política e lembrou que o Algarve é especialmente afetado nesta matéria. Quanto aos custos da resolução destes contratos, considerou que seriam nulos, porque, tendo questionado o Governo a este respeito, o PAN não obteve ainda qualquer resposta. Considerou que esta cessação contratual seria um importante passo para cumprir alguns dos objetivos do Programa do Governo, nomeadamente a redução dos combustíveis fósseis. Concluiu que já era tempo de abandonar as energias fósseis e



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

investir em energia alternativas, limpas e renováveis, com menores impactos ambientais e reiterou os termos resolutivos.

Pelo Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) foi apresentado o Projeto de Resolução n.º 132/XIII/1.ª, tendo referido que o anterior Governo tinha assinado vários contratos para prospeção e exploração de petróleo na costa algarvia, tanto na zona marítima como em terra, em áreas essenciais para a preservação da biodiversidade e da conservação da natureza. Reiterou que a exploração de hidrocarbonetos era incompatível com a atividade turística e que também a atividade piscatória iria ficar gravemente afetada. Argumentou também que a exploração de hidrocarbonetos gerava grande contestação por parte das populações e que a Assembleia Intermunicipal do Algarve tinha já aprovado moções no sentido da sua rejeição. Alertou para o facto de estes contratos permitirem o recurso ao *fracking* e concluiu, reiterando os termos resolutivos.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 307/XIII/1.ª, afirmando que a resolução proposta também se poderá aplicar a outras regiões do país onde se pretenda fazer a pesquisa, prospeção e exploração de petróleo. Referiu também as perguntas feitas por escrito ao anterior Governo, pelo seu grupo parlamentar, sobre a não realização de estudos de impacto ambiental, e as respostas obtidas, as quais informavam que a lei não obrigava à sua realização na fase de pesquisa e prospeção. Após uma insistência, informou, o anterior Governo reiterou a informação e o mesmo sucedeu em relação ao atual. No entanto, prosseguiu, o seu partido não concordava com essa posição, pelo que o atual projeto de resolução pretende que se realizem esses estudos já na fase de prospeção e pesquisa, para além da necessidade de se avaliar também o impacto dessa atividade na atividade económica, pois havia indícios empíricos de que a atividade de pesquisa e prospeção tinha impacto na atividade da pesca e o PCP pretendia que esses impactos fossem quantificados com rigor. Reiterou os termos resolutivos, referindo também a necessidade de reforçar as medidas de monitorização e prevenção de riscos resultantes do tráfego de navios que transportam hidrocarbonetos ao longo da costa portuguesa e a necessidade de reforçar os meios humanos e materiais das



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

entidades especializadas da Administração Públicas, nomeadamente o Laboratório Nacional de Energia e Geologia e a Direção-Geral de Energia e Geologia.

Intervieram no debate os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD) e António Cardoso (PS).

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) realçou a existência de diferentes fases no que tocava à pesquisa, prospeção e exploração de petróleo e de em Portugal nunca se ter ultrapassado a fase de pesquisa e prospeção, tendo lembrado que desde os anos 30 do século passado que se faziam esses estudos e nunca se tinha concluído pela viabilidade da exploração. Informou que a exploração de petróleo seria sempre uma nova fase e estaria sempre sujeita à apresentação ao Estado português de desenvolvimento e produção, que teria sempre de ser avaliado pelo Estado, objeto de decisão e avaliação de impacto ambiental e consulta pública. Informou que o *fracking* era um recurso a que sempre se poderia aceder, mas, após 2015, tal só era possível se houvesse um estudo de impacto ambiental. Criticou o projeto de resolução do BE, tendo realçado que não havia qualquer exploração para suspender, uma vez que até ao momento só se tinha feito pesquisa e prospeção, e destacou o projeto de resolução do PCP em relação aos do PAN e do BE, tendo concordado que era necessário assegurar o reforço de medidas de monitorização e prevenção de riscos resultantes do tráfego de navios que transportam hidrocarbonetos ao longo da costa portuguesa. Afirmou que o essencial era o acompanhamento dos contratos, a vigilância do cumprimento das suas cláusulas, o reforço dos mecanismos de monitorização e a ponderação sistemática dos aspetos ambientais que estejam associados à pesquisa e prospeção. Concluiu, afirmando que talvez um dia se discuta se se avança ou não para a exploração de hidrocarbonetos, mas por enquanto ainda não, e que o Governo devia averiguar situações de não respeito escrupuloso das cláusulas contratuais, caso existam, resolvendo os contratos, se for o caso.

Pelo Senhor Deputado António Cardoso (PS) foi afirmado que o seu grupo parlamentar acompanhava os três projetos de resolução, que são complementados pelas posições públicas da Assembleia Intermunicipal do Algarve e da Plataforma Algarve Livre de Petróleo. Afirmou que os contratos em execução estão a ser



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

acompanhados pela Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, devem ser cumpridos e o Governo assumiu o compromisso de não celebrar mais contratos, e que esta posição do Governo dá resposta à iniciativa do BE e a alguns dos pontos do projeto de resolução do PCP. Quanto ao projeto de resolução do PAN, afirmou que o Governo não pode revogar unilateralmente os contratos já celebrados sem avaliar as consequências dessa atuação. Referiu que esta posição do Governo também dava resposta à QUERCUS e ao cumprimento da resolução europeia sobre a exploração de gases de xisto. Concluiu, afirmando que se estava perante uma situação devidamente acompanhada pelo Governo.

De seguida, a Senhora Presidente deu a palavra aos autores dos projetos de resolução para encerramento da discussão.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) reiterou que as empresas que fazem prospeção e pesquisa têm interesses económicos e o seu intuito final é a exploração de petróleo. Referiu também que os Deputados do PSD não deviam ter uma atitude dúplice, dizendo uma coisa na Assembleia da República e outra no Algarve e reiterou que o Governo do PSD tinha assinado vários contratos para prospeção de petróleo no Algarve, tendo referido irregularidades de que, em seu entender, os mesmos padeciam. Reiterou que a comunidade algarvia era, em geral, contra a exploração de hidrocarbonetos, a qual mataria, inevitavelmente, a atividade económica do turismo e prejudicaria a pesca e a agricultura. Concluiu, defendendo a aposta em alternativas limpas e o abandono dos combustíveis fósseis.

Pelo Senhor Deputado André Silva (PAN) foi afirmado que o que pretendia registar, no seu projeto de resolução, era que os contratos em vigor tinham começado a ser negociados em 2005. Quis saber se o PS votaria a favor do ponto 1 do seu projeto de resolução, tendo em conta a intervenção do Deputado António Cardoso, e afirmou compreender os argumentos do PS quanto ao ponto 2 dessa iniciativa, mas até agora ainda não conseguiu saber qual o impacto orçamental da rescisão destes contratos. Reiterou que os contratos são de concessão por várias décadas, que poderão vir a permitir o desenvolvimento da exploração, pelo que era necessário saber o impacto orçamental da sua rescisão, para se saber se se quer ou não assumir esse custo.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

Finalmente, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) esclareceu que não confunde a fase de pesquisa e prospeção com a fase de exploração e que, na opinião do seu grupo parlamentar, uma decisão definitiva sobre exploração deve obrigatoriamente ser precedida de estudos de impacto ambiental e impacto económico em relação a outras atividades, realizados sob a supervisão de entidades públicas com recursos materiais e humanos que lhe permita fazer esses estudos, os quais devem servir de suporte de um amplo debate público, com participação das populações, dos autarcas, dos agentes económicos e das associações ambientais, sobre as vantagens e desvantagens dessa exploração. Defendeu ainda que na fase atual se deveriam também fazer os estudos e avaliações necessários para que todos os intervenientes fiquem suficientemente informados.

Ainda no âmbito deste ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) pediu a palavra, tendo a Senhora Presidente respondido que, tendo os proponentes encerrado o debate, não fazia sentido fazer uma segunda ronda de intervenções, tendo lembrado o procedimento seguido na Comissão para discussão de projetos de resolução. Esclareceu depois o Senhor Deputado que tinha pedido a palavra porque pretendia responder a uma afirmação do Deputado João Vasconcelos, mas que já não o faria.

**3. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 388/XII/3.ª – Solicitam que, durante o inverno, seja aplicada uma redução de 30% no preço do gás e da eletricidade para os consumidores residentes no distrito da Guarda.**

**– Relator: Deputado Joel Sá (PSD)**

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) apresentou o relatório final da petição, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Hugo Costa (PS), para cumprimentar o relator.

Submetido o relatório final a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL**

#### **4. Outros assuntos**

Nada havendo a tratar neste ponto da ordem do dia, a reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de junho de 2016.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Joel Sá  
José Rui Cruz  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Moreira Testa  
Paulino Ascensão  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Ricardo Bexiga  
António Cardoso  
Fátima Ramos  
João Vasconcelos  
José Carlos Barros  
Paulo Neves  
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: